

A Economia numa Perspectiva Interdisciplinar

Luan Vinicius Bernardelli
(Organizador)



Luan Vinicius Bernardelli

(Organizador)

A Economia numa Perspectiva Interdisciplinar

**Atena Editora
2019**

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Karine de Lima
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E19	A economia numa perspectiva interdisciplinar [recurso eletrônico] / Organizador Luan Vinicius Bernardelli. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-505-1 DOI 10.22533/at.ed.051193007 1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Economia. I. Bernardelli, Luan Vinicius. II. Título. CDD 330
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A ciência econômica é marcada pelo estudo do funcionamento dos mercados, determinação das taxas de juros, câmbio, entre diversos outros aspectos que são relacionados aos aspectos gerais macroeconômicos e microeconômicos. Contudo, o estudo das ciências econômicas possui um forte caráter multidisciplinar, o que potencializa o impacto dos estudos econômicos na sociedade.

É fundamental compreender como os agentes se organizam economicamente e, de maneira constante, buscar aprimorar a qualidade de vida das pessoas. O estudo da economia tem como finalidade principal aumentar o bem-estar da sociedade, contudo, trata-se de um processo complexo que envolve uma série de fatores.

Dessa forma, a multidisciplinaridade tem muito a oferecer para o desenvolvimento da ciência e, conseqüentemente, para o entendimento das relações econômicas entre os seres humanos. Nesse sentido, no e-book “A economia numa Perspectiva Interdisciplinar”, apresenta-se artigos que contribuem para o estudo das ciências econômicas sob o enfoque multidisciplinar, abordando importantes temas sobre as atuais relações econômicas entre os agentes.

A complexidade dos agentes econômicos impossibilita a reprodução e o entendimento das relações econômicas por meio de uma ciência exata. Nesse sentido, a economia é estudada como uma ciência social, que deve ser constantemente testada e mensurada, a fim de se aprimorar o modo de organização social.

A organização deste livro não está pautada sob um critério único, dado a diversidade de temas e métodos que são apresentados. Neste livro, o leitor poderá contemplar 35 capítulos que debatem a economia numa perspectiva interdisciplinar. Os trabalhos abrangem diversas temáticas, como o desenvolvimento econômico sob o enfoque regional e territorial, a fim de mostrar a importância do espaço e da região nos estudos econômicos. Questões relacionadas ao comportamento do consumidor nos tempos atuais também podem ser apreciadas. Importantes conceitos sobre uma Economia Solidária, que se trata de uma temática de estudo em constante evolução no Brasil e possibilita o desenvolvimento de formas alternativas de geração de emprego e renda, principalmente para pessoas de baixa renda. Além disso, diversos outros textos discutem questões pertinentes no atual contexto econômico.

Neste livro também se encontram trabalhos sobre diversas regiões e estados brasileiros, evidenciando que, além de uma grande diversidade em relação aos temas e métodos, a ciência econômica sob caráter interdisciplinar está sendo investigada em todo território nacional e contribui com todas regiões do Brasil. Dessa forma, o leitor poderá contemplar estudos de pesquisadores de todo o país, de Universidades Estaduais, Federais, centros e instituto de pesquisa, entre outras importantes entidades contribuintes à ciência nacional.

Por fim, desejo que o leitor desfrute dos artigos apresentados nesta edição, ressaltando a importância do estudo das ciências econômicas sob caráter

interdisciplinar. Certamente, este livro dará suporte aos leitores para a compreensão da importância do estudo da economia e suas áreas correlatas.

Luan Vinicius Bernardelli,
Doutorando em Teoria Econômica pelo PCE/UEM

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
AGÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL (DO OESTE) DE SANTA CATARINA: ANÁLISE SÓCIO ECONÔMICA DO PERÍODO DE 2000 A 2010	
Alyne Sehnem Juliano Luis Fossá Marcia Berti Fiorin	
DOI 10.22533/at.ed.0511930071	
CAPÍTULO 2	13
A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	
Seonária Costa Santana Alane Amorim Barbosa Dias Cleudson Santos de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.0511930072	
CAPÍTULO 3	21
O PAPEL DO TERRITÓRIO NOS DESAFIOS DA ORGANIZAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DAS REDES SOLIDÁRIAS	
Silvia Aparecida Guarnieri Ortigoza Auro Aparecido Mendes	
DOI 10.22533/at.ed.0511930073	
CAPÍTULO 4	33
A ECONOMIA PAULISTA ANTES DO CAFÉ: AGRICULTURA, COMÉRCIO E DINÂMICAS MERCANTIS NA REGIÃO DE “SERRA ACIMA” (C. 1800-C. 1820)	
Marco Volpini Micheli	
DOI 10.22533/at.ed.0511930074	
CAPÍTULO 5	60
CAFEICULTURA, URBANIZAÇÃO E CAPITALISMO: O CAMPO E A CIDADE NO SÉCULO XIX, JUIZ DE FORA-MG	
Felipe Marinho Duarte	
DOI 10.22533/at.ed.0511930075	
CAPÍTULO 6	74
MODA, CULTURA E CONSUMO EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO	
Ana Paula Nobile Toniol Sara Albieri	
DOI 10.22533/at.ed.0511930076	
CAPÍTULO 7	87
COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR E NOVAS PROCURAS: OS VALORES CULTURAIS DO QUEIJO MINAS ARTESANAL	
Lélis Maia de Brito Lidiane Nunes da Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.0511930077	

CAPÍTULO 8	99
COMIDA DE PET: COMENSALIDADE INTERESPÉCIE	
Juliana Abonizio Eveline Teixeira Baptistella	
DOI 10.22533/at.ed.0511930078	
CAPÍTULO 9	112
CONSUMO, BENEFICIAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DE FRUTAS NO ASSENTAMENTO TERRA VISTA- ARATACA-BA	
Telmara O. Benevides Campos Ricardo de Araújo Kalid Milton Ferreira da Silva Junior Maria Olímpia Batista de Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.0511930079	
CAPÍTULO 10	125
OS PASSATEMPOS DA VIAGEM: UMA ABORDAGEM SOBRE AS RELAÇÕES DE CONSUMO NOS BRT DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE	
Marília do Nascimento Silva Alcides Jairon Lacerda Cintra	
DOI 10.22533/at.ed.05119300710	
CAPÍTULO 11	137
CONECTANDO AGRICULTURA – ALIMENTAÇÃO - DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE DO CAMPO CIENTÍFICO	
Caroline Conteratto Álvaro Sérgio Oliveira Daiane Thaise Oliveira Faoro Gabrielli do Carmo Martinelli	
DOI 10.22533/at.ed.05119300711	
CAPÍTULO 12	147
ECONOMIA SOLIDÁRIA E AUTOGESTÃO COMO BASES PARA UMA NOVA CONDIÇÃO MATERIAL DA EXISTÊNCIA	
Yuri Rodrigues da Cunha	
DOI 10.22533/at.ed.05119300712	
CAPÍTULO 13	159
DESAFIOS DA AUTOGESTÃO E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS EM SOLIDÁRIA	
Gabriel Gualhanone Nemirovsky Édi Augusto Benini Elcio Gustavo Benini Eziel Gualberto de Oliveira Henrique Tahan Novaes Martina Nogueira Lima Raphael Camargo Penteadó Gustavo Henrique Petean	
DOI 10.22533/at.ed.05119300713	

CAPÍTULO 14 173

ECONOMIA SOLIDÁRIA, PRÁTICAS ESPACIAIS E TERRITÓRIOS DISSIDENTES EM RIO CLARO (SP)- BRASIL

Auro Aparecido Mendes
Sílvia Aparecida Guarnieri Ortigoza

DOI 10.22533/at.ed.05119300714

CAPÍTULO 15 182

EDUCAÇÃO POPULAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA: UMA PARCERIA POTENTE NA LUTA POLÍTICA

Ana Elídia Torres

DOI 10.22533/at.ed.05119300715

CAPÍTULO 16 191

UM OLHAR SOBRE A QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO EM EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

Lourença Santiago Ribeiro
Diego Palma de Castro

DOI 10.22533/at.ed.05119300716

CAPÍTULO 17 201

GERAÇÃO DE RENDA EM ECONOMIA SOLIDÁRIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA OFICINA COM USUÁRIOS DE CAPS-AD II

Gabriela Zanim
Patrícia Tosta Soares
Regina Célia Fiorati

DOI 10.22533/at.ed.05119300717

CAPÍTULO 18 213

CURSO FORMATIVO PARA O FORTALECIMENTO DA REDE DE ECONOMIA SOLIDÁRIA E DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SAUDÁVEL EM RIBEIRÃO PRETO-SP

Mariana Pantoni Santana
Regina Célia Fiorati
Perla Calil Pongeluppe Wadhy Rebehy
Regina Yoneko Dakuzaku Carretta
Daniel Yacoub Bellissimo
Julia Terra Ribeiro do Vale
Marta Cristiane Alves Pereira
Rogério Cerávolo Calia
José Luiz Bahia
Patrícia Soares

DOI 10.22533/at.ed.05119300718

CAPÍTULO 19 222

ESTUDO DE CASO: IMPLANTAÇÃO DE UMA INCUBADORA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NA UTFPR/ CÂMPUS DE APUCARANA

Márcia Cristina Alves
Marcelo Capre Dias

DOI 10.22533/at.ed.05119300719

CAPÍTULO 20	234
SABERES E SABORES: A EXPERIÊNCIA DE UMA FEIRA DE ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA (BA)	
Alessandra Oliveira Teles Wesley Freire dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.05119300720	
CAPÍTULO 21	246
O DESAFIO DA ARTICULAÇÃO ENTRE ENSINO SUPERIOR DE GRADUAÇÃO E PRÁTICAS DE EXTENSÃO: ESTUDO DE CASO DA TEMÁTICA DE COOPERATIVISMO NA UFFS	
Raoni Fernandes Azerêdo Pedro Ivan Christoffoli Anelize de Souza Muller Campos	
DOI 10.22533/at.ed.05119300721	
CAPÍTULO 22	258
ELEMENTOS PARA A DETERMINAÇÃO MATERIAL DO DIREITO NOS TEXTOS ECONÔMICOS TARDIOS DE MARX: O MOVIMENTO DO DIREITO NA VIA CLÁSSICA	
Lucas Almeida Silva	
DOI 10.22533/at.ed.05119300722	
CAPÍTULO 23	278
FORMAS ESTATAIS E REGIMES DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL	
Matheus de Araújo Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.05119300723	
CAPÍTULO 24	291
EVOLUÇÃO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA: UMA COMPARAÇÃO ENTRE INDÚSTRIA EXTRATIVA E INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NO PERÍODO DE 2000 A 2011	
Luciane Rosa de Oliveira Bruna Márcia Machado Moraes Angélica Pott de Medeiros Reisoli Bender Filho	
DOI 10.22533/at.ed.05119300724	
CAPÍTULO 25	311
MODELO DE GESTÃO PARA AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES RURAIS MEDIANTE A APLICAÇÃO DE MÉTODO SWOT	
Caroline Conteratto Laura Possani Gabrielli do Carmo Martinelli	
DOI 10.22533/at.ed.05119300725	
CAPÍTULO 26	322
MERCADORES DE OBRIGAÇÕES: COMÉRCIO, DÁDIVAS E RECIPROCIDADE NA TROCA DE VALORES NA FEIRA DA 25 DE SETEMBRO EM BELÉM/PA	
José Maria Ferreira Costa Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.05119300726	

CAPÍTULO 27	335
RELEVÂNCIA DA IMAGEM CORPORATIVA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL: UM ESTUDO COM ANÁLISE FATORIAL EXPLORATÓRIA	
Paulo Roberto da Costa Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.05119300727	
CAPÍTULO 28	347
EBC: A CIDADANIA PERDIDA	
Valéria de Castro Fonseca	
Célia Maria Ladeira Mota	
DOI 10.22533/at.ed.05119300728	
CAPÍTULO 29	358
A PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS (DES)ASSISTIDOS TRABALHADORES EM EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS	
Arlete Candido Monteiro Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.05119300729	
CAPÍTULO 30	372
IMPACTOS DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA DO CARVÃO MINERAL NA ECONOMIA DO SUL DE SANTA CATARINA	
Eduardo Netto Zanette	
Silvio Parodi Oliveira Camilo	
DOI 10.22533/at.ed.05119300730	
CAPÍTULO 31	395
VIVER ENTRE O MAR E A TERRA: UMA COMPARAÇÃO DO PERFIL SOCIAL E ECONÔMICO DOS PERSEGUIDOS PELO TRIBUNAL DA INQUISIÇÃO EM SALVADOR E CARTAGENA DAS ÍNDIAS XVI-XVII	
Jéssika de Souza Cabral	
DOI 10.22533/at.ed.05119300731	
CAPÍTULO 32	415
OS APARATOS INFOTELECOMUNICACIONAIS E A DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO IDEOLÓGICA NO PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO	
Edvaldo Carvalho Alves	
Fellipe Sá Brasileiro	
Edilson Targino de Melo Filho	
DOI 10.22533/at.ed.05119300732	
CAPÍTULO 33	425
RÁDIOS LIVRES E A DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO: UMA PERSPECTIVA MUDA	
Ricardo Franco Llanos	
DOI 10.22533/at.ed.05119300733	
CAPÍTULO 34	438
GESTÃO DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA EM UMA UNIVERSIDADE MULTICAMPI	
Tiago Santos Sampaio	
DOI 10.22533/at.ed.05119300734	

CAPÍTULO 35	449
<i>SOFTWARE LIVRE E TECNOLOGIA PARA INCLUSÃO SOCIAL</i>	
Flávio Gomes da Silva Lisboa	
Marilene Zazula Beatriz	
DOI 10.22533/at.ed.05119300735	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	460

DESAFIOS DA AUTOGESTÃO E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS EM SOLIDÁRIA

Gabriel Gualhanone Nemirovsky

UFMS, Campus de Nova Andradina (CPNA), Nova Andradina – MS

Édi Augusto Benini

UFT; Campus de Palmas, Palmas – TO

Elcio Gustavo Benini

UFMS; Escola Superior de Administração e Negócios, Campo Grande – MS

Eziel Gualberto de Oliveira

UFPR, Doutorando do Programa de Pós-graduação em Administração, Curitiba – PR

Henrique Tahan Novaes

Unesp, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília – SP

Martina Nogueira Lima

Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Organizações, Trabalho e Educação (GEPOTE) – UFMS

Raphael Camargo Pentead

UFPR, Doutorando do Programa de Pós-graduação em Administração, Curitiba – PR

Gustavo Henrique Petean

UFG, Campus de Goiás, Goiás – GO

RESUMO: Em razão do excesso de estudos de caso isolados e outros *modismos metodológicos*, a compreensão dos desafios da autogestão na economia solidária testemunha uma crônica descontinuidade de interpretações. Defendemos, portanto, a perspectiva de que a

adoção de um instrumento analítico unificado poderia auxiliar a integração de abordagens qualitativas dirigidas à investigação dos distintos fatores que determinam o desenvolvimento de Empreendimentos Econômicos e Solidários (EES). Nesse sentido, conduzimos esse ensaio teórico, baseado na pesquisa realizada por Nemirovsky (2014), para a construção de uma matriz analítica que permita identificar e sistematizar o plexo de atores, recursos, processos e interrelações que circunscrevem os EES, operacionalizando essa abordagem epistemológica inovadora em economia solidária. O presente trabalho encerra-se com uma breve discussão sobre as possibilidades de estudos futuros a partir da utilização do instrumento de investigação aqui apresentado.

PALAVRAS-CHAVE: Estudos Organizacionais, Economia Solidária, Matriz Analítica.

THE CHALLENGES OF SELFMANAGEMENT AND ORGANIZATION STUDIES ON SOLIDARITY ECONOMY

ABSTRACT: As an outcome of the excess of isolated case-studies and other fad methodologies the comprehension about the challenges of selfmanagement in solidarity economy has been damaged by a severe discontinuity of interpretations. Therefore, we argue that the adoption of a unified analytical

could result in integrated qualitative approaches addressed to the investigation of the distinct variables that drive the development of the Economic and Solidarity Enterprises (ESE). Thus, this essay, based upon the research done by Nemirovsky (2014), conducts to the development of an analytic matrix in which the various actors, resources, processes and interactions among ESS can be identified and aggregated. The work finishes with a brief discussion about the potentialities for future organization studies laying in the instrument designed and presented in this paper.

KEYWORDS: Organization Studies, Solidarity Economy, Analytics Matrix.

1 | INTRODUÇÃO

O surgimento da economia solidária como campo próprio de estudos científicos, desenvolvendo-se como objeto de análise independente, representou um importante marco para o florescimento de múltiplas abordagens sobre a práxis engendrada pelos empreendimentos econômicos e solidários (EES). Tal profusão de estudos tornou a economia solidária em um campo de pesquisas contestado por diversas propostas epistemológicas cujas interpretações, análises e prescrições não raramente conflitam entre si, em razão de fatores como: escopo das pesquisas, métodos de abordagem, procedimentos analíticos e posturas político-ideológicas dos pesquisadores.

É possível verificar junto à base de dados correntes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) a existência de 109 linhas de pesquisa direcionadas diretamente à economia solidária, sem mencionar a existência de pesquisas endereçadas a temas correlatos, tais como: associativismo, cooperativismo popular, políticas públicas de economia solidária e autogestão.

No entanto, conforme aponta diagnóstico de Gaiger (2012), em que se pese o vultoso fluxo de produções bibliográficas orbitando essa temática, percebe-se certo predomínio do caráter *normativo* das propostas de estudo sobre a capacidade analítica das mesmas, implicando em uma dificuldade generalizada de se submeter a compreensão dos fenômenos que permeiam a *vida organizativa* da economia solidária à formação de um arcabouço contínuo e interconexo de interpretações. Para Bertucci (2010), tal carência analítica se deve ao apelo majoritário das pesquisas em economia solidária a estudos isolados e sem a necessária preocupação com a generalização de seus resultados, inibindo as possibilidades de integração desses estudos com outros métodos de pesquisa.

Calbino e de Paula (2013) não só confirmam esse *modismo metodológico* como evidenciam outras tendências para as pesquisas em economia solidária, avaliando-a, no entanto, sob a orientação da perspectiva organizacional da *administração*. Segundo o trabalho bibliométrico dos autores, cobrindo o período de 1970-2010, há uma clara inclinação dos estudos para propostas qualitativas de pesquisa – 83,8% das teses/dissertações e 81,4% dos trabalhos em periódicos – focadas unicamente em EES – 61,6% das teses/dissertações e 49% dos trabalhos

em periódicos – ignorando outros elementos meso e macro-organizacionais, para a reprodução majoritária de Estudos de Caso – 58,1% das teses/dissertações e 53,4% dos trabalhos em periódicos.

A apreciação *organizacional* da economia solidária tem seu marco nos encontros de Estudos Organizacionais realizados pela Associação Nacional de Pós-Graduação em Administração (ANPAD) dos quais os trabalhos de Costa e Carrion (2008), Faria *et al* (2008), Behr e Paula (2008), Vargas (2002), Passos (2008) e Gomes, Pessoa e Faria (2008) merecem menção por sua natureza exploratória e teórico-metodológica. Além desses estudos, e mais recentemente, os trabalhos de Ribeiro e Müylder (2014) e Ferrarini, Gaiger e Veronese (2013) possibilitam observar os constrangimentos e impasses existentes para a superação de perspectivas teóricas parciais e unilaterais.

Não obstante a essas tentativas de consolidação de um marco teórico consistente, tais discussões organizacionais majoritariamente repousam, em nosso entendimento, em perspectivas isoladas ora estritamente teóricas ora acentuadamente específicas quanto ao objeto de análise, uma vez que não se pode observar em nenhum desses estudos a tentativa de desenvolver teoricamente ou de aplicar instrumentos de análise qualitativa que permitam compreender os fenômenos organizacionais dos EES, seus condicionantes e suas determinações em múltiplos casos de estudo.

Tocando essa problemática, o presente ensaio tem também o propósito de colocar em discussão o desenvolvimento de um instrumento de análise qualitativa-comparativa para apreciação transversal de casos de EES, reunindo os elementos que configuram não só os aspectos micro-organizacionais dos empreendimentos, sob a perspectiva do trabalho associado, mas também os elementos que pertencem às instâncias meso e macro-organizacionais em que podem ser observadas as interrelações entre os empreendimentos e seus condicionantes externos: políticos, econômicos, comunitários, societários, formativos, etc.

Para tanto, o estudo proposto encontra-se de maneira que situamos a economia solidária e a autogestão em uma perspectiva dialética da estrutura social e de suas respectivas determinações históricas, identificando e descrevendo os elementos fundamentais que devem ser destacados para estruturar adequadamente o instrumento de análise que se pretende colocar em discussão.

Após essa primeira etapa, realizar-se-á a apresentação da configuração dos elementos identificados na primeira seção sob a forma do instrumento analítico desenvolvido para a análise comparativa de múltiplos casos de EES, de modo a colocar em discussão suas possíveis contribuições para o preenchimento das lacunas epistemológicas outrora apontadas.

Por fim, o artigo conduz sob a forma de considerações finais a necessidade do debate sobre novas metodologias que permitam analisar múltiplos resultados para que sejam identificados os fatores mais relevantes dentre os que são identificados pelo instrumento de investigação proposto para a construção da autogestão como

proposta efetiva de emancipação do trabalho, produzindo uma ferramenta ampla qualitativa que seja complementar à ferramenta quantitativa do mapeamento dos empreendimentos em território nacional.

2 | SITUANDO A AUTOGESTÃO E A ECONOMIA SOLIDÁRIA: ELEMENTOS E EIXOS ANALÍTICOS FUNDAMENTAIS

Compreender a economia solidária e suas manifestações concretas – associações, coletivos informais, cooperativas, fábricas recuperadas, etc – sob uma perspectiva histórica autêntica implica se afastar da percepção de Lévi-Strauss (1989, p. 291) para o qual a história apresenta-se apenas como procedimento para se “inventariar a integralidade dos elementos de uma estrutura qualquer, humana ou não humana”. Pelo contrário, a história e o sentido da *ação histórica* devem ser avaliados, conforme propõe Meszáros (2011), a partir das mediações dialéticas que se desenvolvem entre determinada estrutura social e as determinações sócio-históricas que lhe são presentes e também aquelas que lhe são *trans*-históricas.

Essa concepção permite apresentar a economia solidária como cristalização de uma forma histórica de organização do trabalho que surge no Brasil, segundo Singer (2002), a partir da década de 1980, em função da profunda crise econômica que se instalou no país e que atravessou a década de 1990, a partir da abertura comercial pré-matura cuja consequência imediata foi o aumento do desemprego estrutural e a desestruturação do mercado de trabalho, fazendo emergir novas configurações de trabalho, segundo Antunes e Alves (2004).

Em Laville e França-Filho (2004), a observação dessa origem recente valida a conclusão de que a economia solidária manifesta-se em meio à crise da *sociedade salarial*, enquanto forma distinta de relação socioeconômica não mercantil que se funda predominantemente na reciprocidade e na *dádiva maussiana*. No entanto, a reestruturação produtiva que dá origem à heterogeneidade da força de trabalho, tal qual a crise do assalariamento considerada pelos autores, é apenas camada superficial da profunda crise estrutural do capital, descrita em Meszáros (2002) que coloca em evidência os limites do controle metabólico do capital sobre o modo de reprodução social.

Muito mais significativa é, portanto, a gênese histórica da economia solidária, pois sua conformação se dá justamente na consumação da fase de ascensão global do capital em que, inelutavelmente, generaliza-se a crise de sociabilidade da forma capitalista de produção. Consequentemente, a crise das mediações que sedimentam, conforme salienta Meszáros (2006), a transcendência da alienação do trabalho – a propriedade privada e suas *personificações*, o dinheiro e suas mistificações, o *fetichismo* da produção, o Estado como materialização política do capital – possibilita à classe trabalhadora cimentar novas relações de trabalho,

aparentemente, defensivas em relação à destrutividade totalizante do capital.

Esta defensividade, no entanto, não deve ser tomada unilateralmente ou como forma de convivência pacífica entre a economia solidária e o modo hegemônico de produção do capital, como pretendem os autores que se amparam na lógica de Polanyi (2000) ou na tese de Singer (2004), pelo contrário, a estratégia de consolidação do trabalho associado entre os trabalhadores-dirigentes de EES conduz a economia solidária ao resgate do *projeto histórico* da autogestão, cuja defesa acadêmica tem sido duramente criticada por Gaiger (2012) por conter, segundo ele afirma, conteúdo determinístico impróprio à investigação científica.

Sendo a autogestão tomada como projeto, resta saber, no entanto, a que propósito serve, quais são seus mecanismos de *ação*, sua viabilidade e potencialidades e, principalmente, quais são suas limitações estruturais. Oportunamente, cabe reproduzir a concepção de Nascimento (2004, p.2), segundo a qual a autogestão representa “a construção permanente de um modelo de socialismo, em que diversas alavancas do poder, os centros de decisão, de gestão [...] encontram-se nas mãos dos produtores-cidadãos, organizados livres e democraticamente”.

A validade de tal argumento implica uma profunda transformação pela qual devem passar não só as esferas da produção material, mas também todas as esferas de reprodução social, de modo que se complete a transição do trabalhador-dirigente, inscrito e limitado ao *microcosmo* da produção associada, rumo à gênese do produtor-cidadão, *livre e democraticamente* organizador da produção social global.

O desafio que esta tarefa histórica impõe sugere que o acúmulo de experiências anteriores de auto-organização da classe trabalhadora – o cooperativismo revolucionário europeu, a comuna de Paris, os conselhos *soviets*, a Revolução dos Cravos, as fábricas recuperadas na América Latina, etc. – caminhe em uma trajetória teleológica inevitavelmente *aberta*, em que naturalmente possam ser observadas *continuidades e rupturas* em relação à ordem metabólica vigente. Nesse sentido, o conteúdo determinístico impróprio à investigação científica recai exatamente na tentativa de se assegurar acadêmica e politicamente que a concretude do projeto *autogestionário* manifestado pelos EES não *possa* e não *precise* ultrapassar as barreiras da estrutura social do capital.

De outro lado, como ressaltam as pesquisas de Guillerm e Bourdet (1976), Benini e Benini (2010) e Novaes (2011), a autogestão, *in statu maturitatem*, pressupõe o evanescer de mediações sociais não antagônicas que transformem toda a estrutura em que se assentam as relações sociais de produção e as forças produtivas, a superestrutura jurídico-política que lhe é correspondente e, por último, as formas de consciência que dela se desenvolvem.

Tendo em vista o horizonte de reestruturação radical da sociabilidade e de sua práxis subjacente, a consumação da autogestão aponta para a perspectiva de que a *atividade humana* não se encontra limitada à substância *prática* da vida, devendo também ser compreendida à luz da apropriação *teórica* da natureza, preservando

assim o homem como *ser genérico*, tal como Marx (2004) afirma. Desse modo, o sentido da autogestão, *in statu nascendi*, na economia solidária carrega em si a noção de que a dimensão prática da atividade produtiva associada não pode estar *estranhada*, como o paradigma da *pluralidade* induz, de suas dimensões políticas, jurídicas, societárias e formativas, devendo todas *integrar* a investigação científica da práxis solidária.

Assim sendo, há que se superar, em primeiro lugar, as contradições materiais da produção que repousam na alienação do trabalho, em sua divisão hierárquico-social e nas formas reificadas de exploração da força de trabalho; em segundo lugar, o *fetichismo* da produção que subsume o *valor de uso* dos objetos ao *valor de troca* da forma-mercadoria, ao passo que fratura espacial e temporalmente as esferas da produção e da circulação; em terceiro lugar, as formas superestruturais de reprodução do capital, que se manifestam na propriedade privada e no modo de regulação social da produção; e, em último lugar, o próprio domínio hegemônico de classe próprio às manifestações estatais do capital, que ganha forma no conflito *irreconciliável* entre classes estruturalmente antagônicas.

De posse das contingências estruturais que circunscrevem as experiências dos EES, pode-se, portanto, situar adequadamente os elementos e eixos fundamentais que se desvelam da economia solidária. Nesse sentido, busca-se compreender a totalidade de processos, recursos e interações que nutrem as relações particulares do objeto de estudo, as quais têm como *núcleo* a produção associada.

Para tanto, é necessário, primeiramente, enumerar as singularidades que caracterizam os EES. De acordo com Anteaq (2009, p.18), esses empreendimentos possuem os seguintes atributos particulares: a) são organizações coletivas, organizações suprafamiliares singulares ou complexas: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de troca, redes e centrais etc.; b) os participantes ou sócios são trabalhadores dos meios urbanos ou rurais que exercem coletivamente a gestão de atividades, assim como a alocação dos resultados; c) são permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento ou em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas; d) contam com diversos graus de formalização, prevalecendo a existência real sobre o registro legal; e e) realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos ou serviços) e de consumo solidário.

A partir dessa caracterização resta claro, portanto, que a *necessidade imediata* da organização associativa do trabalho é necessariamente *econômica*. Porém, como ressaltam os trabalhos de Novaes (2011), Coraggio (2000), Razeto (1993), Nunes (2009), Brasil (2005), Singer (2002, 2007), Mance (2003) e Barbosa (2007), a *atividade* dos EES transborda os limites dessa finalidade e, portanto, sua apreensão em totalidade exige ampliação do escopo econômico *imediato*.

A lógica desse raciocínio supõe que se realize a identificação dos *eixos analíticos* que permitam decompor *teoricamente* a práxis da economia solidária, em favor de sua inteligibilidade, como método de *exposição* do estudo. Dessa forma, os autores supracitados permitem reconhecer a existência de cinco *eixos* distintos, porém interconexos: 1º) o *eixo nuclear* dos EES em que se situam os elementos que fundamentam o trabalho associado e sua organização democrática; 2º) o *eixo competitivo-cooperativo* em que estão relacionadas as formas de integração essencialmente mercantis e formas não necessariamente mercantis; 3º) o *eixo formativo* da economia solidária em cujo bojo estão localizadas as instâncias externas e *corporificadas*, responsáveis pela *pedagogia do trabalho associado*; 4º) o *eixo societal* da economia solidária em que o *engajamento* dos EES, enquanto movimento social, é observado por meio de sua conexão com reivindicações sociais e comunitárias; e 5º) o *eixo jurídico-político* em que se localizam as instâncias de consolidação do marco legal da economia solidária e da implementação de políticas públicas específicas pra seu fomento e crescimento.

Especificamente, as pesquisas de Singer (2002, 2007), Novaes (2007), Faria, Dagnino e Novaes (2008), Benini e Benini (2010) e Leal (2011) possibilitam entender que o *eixo nuclear* dos EES comporta: a) a assembleia como epicentro democrático para a tomada de decisões na organização do trabalho associado; b) a estratégia e o planejamento democráticos como fontes da *densidade ontológica* da economia solidária rumo à autoestão do trabalho; c) a democratização de recursos e operações, como consequência da divisão não antagônica dos trabalhadores no interior do processo de trabalho; d) os *processos formativos* que colocam em pauta a qualificação dos trabalhadores associados para a consumação de seu *domínio sobre o trabalho*; e e) a tecnologia e sua Adequação Sociotécnica como fontes de reestruturação das *forças produtivas*, para além do mero mimetismo tecnológico que impera no avanço destrutivo da produção de capital.

O *eixo competitivo-cooperativo*, por sua vez, coloca em evidência os parâmetros avaliados por Singer (2002), Novaes (2007), Mance (2003), Benini (2012) e demonstrados, por exemplo, nos estudos de caso realizados por Arroyo (2008) e Lacerda (2009) segundo os quais se faz necessário conhecer os aspectos mercantis e não mercantis que tornam perceptíveis tanto as formas de submissão e assimilação dos EES à lógica capitalista de produção e circulação de mercadorias quanto as formas de integração econômica não mercantilizadas dos EES em redes de produção, circulação, distribuição, consumo e finanças solidárias que defrontam, mesmo que incipientemente, o intercâmbio fetichista do capital.

Em seu turno, o *eixo formativo* contempla o *corpus* de elementos que servem de ponto de apoio para a aglutinação de experiências de EES e o desenvolvimento de diálogos e interlocuções em instâncias de participação coletiva. Conforme apontam os trabalhos de Alaniz (2012), Gaiger (2012), Nunes (2009), Brasil (2005), merecem menção: a) o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES); b) as Conferências

Nacionais de Economia Solidária; c) a Rede de Gestores de Economia Solidária; d) os Centros de Formação em Economia Solidária (CFES); e) as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCP's); f) os Grupos de Pesquisa que se organizam em âmbito universitário; g) as Associações e Entidades que prestam apoio para o fornecimento de pessoal e conhecimentos que não podem ser obtidos ou ainda que não foram desenvolvidos pelos próprios trabalhadores dos EES.

Paralelamente, o *eixo societal* revela-se na comunhão de reivindicações sociais que têm no trabalho a centralidade de suas mobilizações. Nesse sentido, as pesquisas de Silva Júnior (2004), Gaiger (2012), Lisboa (2005), Ribeiro e Müylder (2014), Nobre (2003) colocam em discussão a economia solidária como elemento de afirmação para segmentos sociais, políticos e econômicos diversos, tais como: sociedades quilombolas, comunidades tradicionais, comunidades em condições de fragilidade econômica, permacultura, agroecologia, movimentos pela ampliação da participação da mulher, movimentos de cooperativas de catadores, etc. Em consequência disso, cabe avaliar a capacidade de incorporação de *demandas sociais*, a participação e a articulação dos EES com outros movimentos abrangentes e necessidades comunitárias locais.

Por fim, o *eixo jurídico-político* permite adensar as instâncias em que se define o marco legal da economia solidária e as políticas públicas de economia solidária. De fato, os estudos de Barbosa (2007) e Schiochet (2009) permitem incluir nesse eixo a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), a Frente Parlamentar da Economia Solidária e em nível regional/local as secretarias conselhos estaduais e municipais de economia solidária. Identificar essas instâncias possibilita avaliar se os EES estão sendo contemplados com recursos para seu fomento e crescimento e se estão incluídos nos canais de participação viabilizados nacionalmente e/ou em seus territórios específicos.

Por meio dessa caracterização, manifesta-se a intenção de denotar que a práxis organizacional empreendida pela economia solidária situa-se de forma *pluri-organizacional* e *transversal*, no sentido de que, embora o protagonismo da economia solidária seja efetivado pelos EES, há que se salientar que outras organizações, instâncias, órgãos e movimentos sociais também projetam impactos que afetam sobremaneira a *existência* da economia solidária.

Identificados os diferentes *eixos analíticos* que compõem a práxis organizacional da economia solidária, tornam-se inteligíveis os elementos que permitem reconhecer a multiplicidade de caracteres organizacionais, dos quais a reflexão colocada em pauta pelo presente estudo não pode prescindir. No entanto, faz-se necessário ordenar tais caracteres em uma estrutura cognitiva adequada, em que todos os elementos possam ser vislumbrados de forma interconexa, uma vez que o objetivo central da análise é possibilitar a investigação integrada práxis organizacional da economia solidária.

Para darmos início à formação da estrutura cognitiva para apreensão da

economia solidária faz-se necessário manter-se em perspectiva que a *atividade* dos EES será compreendida como síntese de uma práxis organizacional *una*, porém multifacetada, cuja inteligibilidade implica a necessidade de que sua *unidade* seja decomposta em elementos *teoricamente* diferenciáveis.

Às verves dessa consideração, o estudo de Nemirovsky (2014) possibilita representar os *eixos analíticos* e seus elementos específicos de forma a estruturá-los em acordo com os impactos específicos que cada qual, isoladamente, proporciona à economia solidária. De fato, mantém-se nessa caracterização a *centralidade* da organização democrática do *trabalho associado* como força propulsora das relações causais que se manifestam *em* e *entre* os eixos evidenciados. No entanto, a configuração dessas relações não deve necessariamente ser entendida a partir um *determinismo unilateral* ou *mecânico-estrutural*, mas como síntese das imbricações que essas relações produzem ao longo de suas implicações para o *resultado*.

A intenção de realizar tal representação revela a necessidade de se *inventariar* os condicionantes estruturais e seus respectivos subcondicionantes de modo a analisá-los como *fontes* cujas contribuições se alinhem ao objetivo de desenvolvimento da economia solidária em seus aspectos *imediatos* e em sua perspectiva de *projeto* da autogestão.

Especificamente, mo *eixo formativo* seus respectivos subcondicionantes contribuem de forma *imediata* para a formação técnica e sociopolítica em empreendimentos, disponibilizam assistência técnica especializada e, além disso, atuam participando e acompanhando a implementação de políticas públicas de economia solidária, de forma a se alcançar a *aglutinação* e o *desenvolvimento* das experiências de EES e a fortalecer a economia solidária nesse *eixo analítico*.

Optou-se, a partir de Nemirovsky (2014), por apresentar tais redes de relações causais sob a forma de Matriz Analítica, pois compreendemos que esta estrutura cognitiva permite visualizar de forma adequada o inventário de *eixos analíticos* e seus respectivos subcondicionantes causais, contribuindo para sua apreciação integral, conforme consta a seguir:

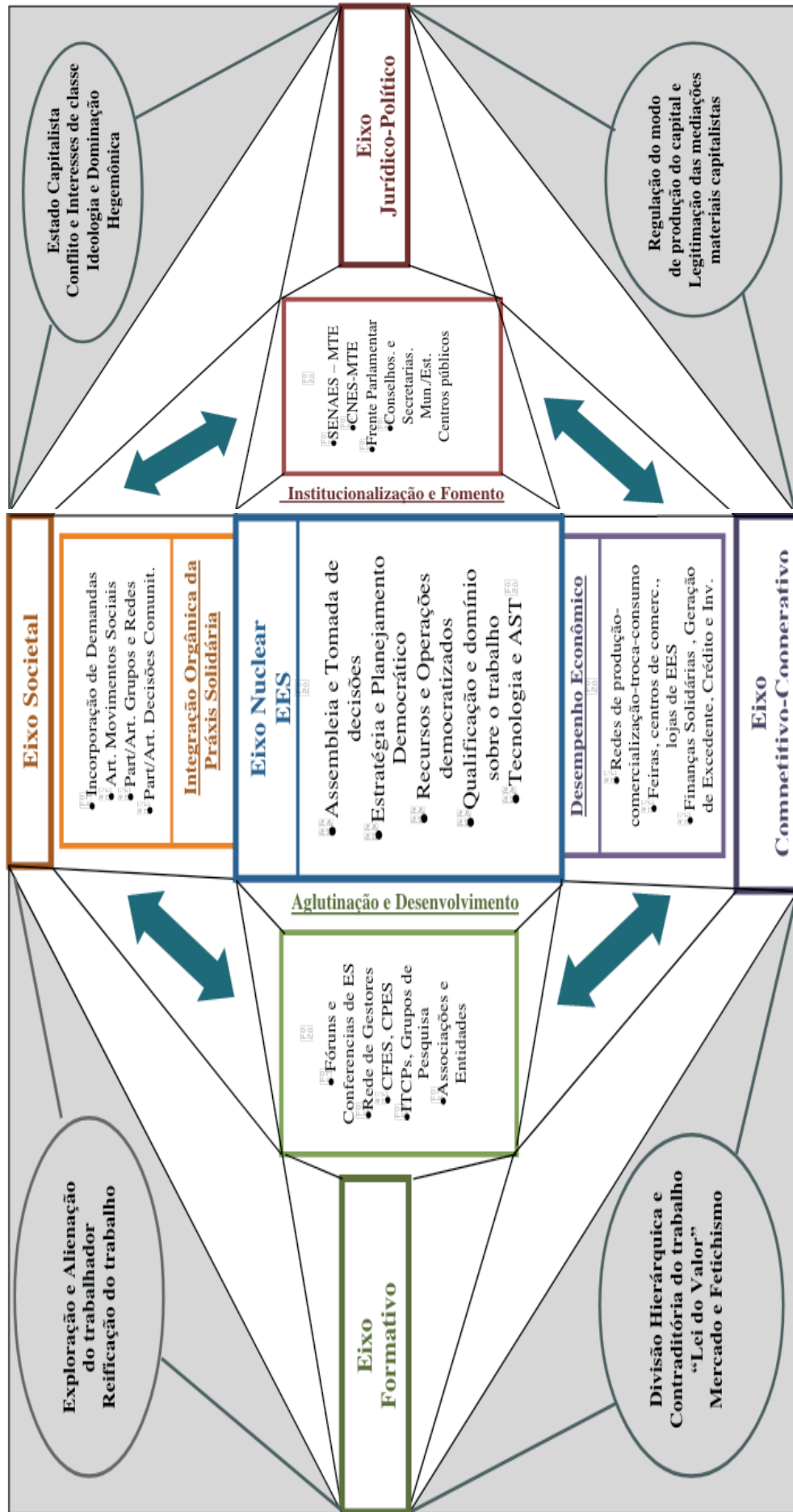


Figura:Matriz Analítica de condicionantes causais da Economia Solidária

Fonte: adaptado de Nemirovsky (2014).

A Matriz Analítica apresentada coloca em perspectiva a rede de relações causais que concorrem para a organização do trabalho associado em EES e, sobre isso, algumas considerações primárias devem ser feitas: em primeiro lugar, tem-se a compreensão de que a economia solidária desenvolve-se *sob* o espectro do controle metabólico exercido pelo capital por meio de seus condicionantes estruturais os quais, por sua vez, limitam e regulam a economia solidária, comprimindo o escopo de sua autogestão; e em segundo lugar, ressalta-se que, *internamente*, cada *eixo analítico* compõe-se de subcondicionantes os quais possuem tanto atribuições *imediatas* para com os EES quanto contribuições à consolidação da autogestão *in statu nascendi*.

Em relação à primeira consideração, constam nas elipses as mediações e processos que atuam como constrangimentos estruturais que limitam o desenvolvimento da práxis organizacional dos EES tomados isoladamente e que impõem à economia solidária, como um todo, limitações para seu projeto de autogestão. Por outro lado, em relação à segunda consideração, os diferentes eixos de análise são expostos de forma a manifestar a compreensão de que a evolução das práticas de autogestão configuradas no *eixo nuclear* dos EES não depende somente dos aspectos qualitativos internos da organização democrática do trabalho associado, mas envolve, além disso, a necessidade de que todo o plexo de subcondicionantes da Matriz Analítica também se coloque em avaliação.

Não obstante, as setas que se situam entre cada grupo de condicionantes implica a noção de que há relações causais de escopo mesoanalítico que merecem destaque para a investigação. A importância desse elemento reside no fato de que, por exemplo, a existência de uma política pública de economia solidária, deliberada no âmbito de um conselho estadual de economia solidária e implementada por um órgão executivo (secretaria especializada ou não), que acarrete o desenvolvimento de, hipoteticamente, um Centro Público de Economia Solidária o qual, por sua, estabeleça redes de colaboração solidária entre diferentes EES, significa que vários subcondicionantes causais relacionam-se de forma imbricada e complexa.

Ao inventariar os elementos condicionantes sob a forma de estrutura de entrelaçamentos, a Matriz Analítica expõe, a um só tempo, os condicionantes micro – *eixo nuclear* –, meso – a relação entre os *eixos analíticos* – e macroanalíticos – a relação entre os *eixos analíticos* e os constrangimentos *macroestruturais* do capital – da práxis organizacional da economia solidária. Nesse sentido, a Matriz Analítica oferece importantes subsídios para abordagens comparativas orientada-por-casos (*case-oriented*), uma vez que permite uma abordagem *integrada e integral* da economia solidária e de seus determinantes de uma forma dinâmica.

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa deve como propósito a exposição da micro, macro e

mesofundamentos determinantes que estruturam as relações entre os variados vetores de variáveis inscritos e circunscritos às dinâmicas econômica, societal, política e organizativa da economia solidária. Pretendeu-se, com isso, a formulação de um instrumento de pesquisa que oriente o mapeamento descritivo e qualitativo das iniciativas de EES nos distintos territórios em que se desenvolvem. Com efeito, a Matriz Analítica, longe de um fim em si mesmo, configura-se em ferramenta de auxílio para o ordenamento de estudos comparativos, principalmente dirigidos à compreensão da manifestação regular de organizações de economia solidária em suas características objetivas, para além de casos isolados, em auxílio ao acompanhamento de políticas públicas para a geração de ocupação e renda em territórios de baixa densidade de dinamismo econômico capitalista convencional.

REFERÊNCIAS

ALANIZ, E. P. A política pública de formação para economia solidária no Brasil (2003-2011): análise de um projeto PROESQ/PNQ executado pela Rede Abelha/RN e CFES nacional. Tese de doutorado. São Paulo, USP, Faculdade de Educação, 2012.

ARROYO, J. C. T. A Inserção de Empreendimentos da Economia Popular e Solidária no Emergente Aglomerado da Moda em Belém do Pará. Dissertação de Mestrado: Universidade da Amazônia, 2008.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES E EMPRESAS DE AUTOGESTÃO E PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA. Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005-2007. São Paulo: Todos os Bichos, 2009.

ANTUNES, R.; ALVES, G. As mutações no Mundo do Trabalho na Era da mundialização do Capital. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

BARBOSA, R. N. C. A Economia Solidária como Política Pública: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007

BENINI, E. G.; BENINI E. A. As contradições do processo de autogestão no Capitalismo: Funcionalidade, Resistência e Emancipação pela Economia Solidária. **Revista Organizações e Sociedade**, Salvador. vol 17, n. 51 dez 2010. p. 605-619.

BENINI, E. A. Sistema orgânico do trabalho: arquitetura crítica e possibilidades. **São Paulo: Ícone**, 2012.

BEHR, R.; de PAULA, A. P. P. Autogestão e lógica de mercado: a experiência da colônia Cecília e os dilemas da economia solidária. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 5., 2008, Belo Horizonte. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2008.

BERTUCCI, J. **A produção do sentido e a construção social da economia solidária**. Tese. (Doutorado em Economia), Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério do Trabalho; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia. **Avaliação das Políticas Públicas de Economia Solidária**. Brasília, 2005.

CALBINO, D; de PAULA, A. P. P. Economia solidária: uma investigação sobre o estado da arte. **Gestão Contemporânea**, n. 14, 2013.

- COSTA, P. A.; CARRION, R. S. M. Situando a economia solidária no campo dos estudos organizacionais. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 5., 2008, Belo Horizonte. Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 2008.
- CORAGGIO, J. L. Da economia dos setores populares à economia do trabalho. In: KRAYCHETE, G.; LARA, F.; COSTA, B. (Org.). *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 91-142.
- FARIA, M. S.; DAGNINO, R; NOVAES, H. T. Do fetichismo da organização e da tecnologia ao mimetismo tecnológico: os labirintos das fábricas recuperadas. **Revista Katálysis**, v. 11, n. 1, p. 123-131, 2008
- FARIA, J. R. V. de et al. Autogestão e poder: esquema de análise das relações de poder em organizações com características autogestionárias. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 5., 2008, Belo Horizonte. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPAD, 2008.
- FERRARINI, A; GAIGER, L. I. G.; VERONESE, M. *Solidarity Economy Enterprises In Brazil: an overview from the second national mapping. The International Comparative Social Enterprise Models – ICSEM Project*. 2013.
- GAIGER; L. I. G. Práticas sociais e Conhecimento Acadêmico no campo da economia solidária. *Revista BIB*, v. 73, p. 5-20, 2012.
- GOMES, D. M. O. A.; PESSOA, R. A.; FARIA, M. V. C. M. Formação de redes de economia solidária: o caso da Rede Abelha Ceará. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 5., 2008, Belo Horizonte. Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 2008.
- GUILLERM, A.; BOURDET, Y. **Autogestão: Mudança Radical**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- LACERDA, J. F. B. Governar-se para quê? As Práticas de Gestão dos Empreendimentos Econômicos Solidários: O caso da Cadeia Produtiva de Algodão Ecológico Justa Trama. Dissertação de Mestrado: Universidade do Vale dos Sinos, 2009.
- LAVILLE, J; FRANÇA FILHO, G. C. Economia solidária; uma perspectiva internacional. **Descleé de Brouwer, Paris**, 2004.
- LEAL, A. P. **Autogestão e Qualificação: uma análise sobre as possibilidades de organização coletiva a partir da relação entre trabalho e conhecimento**. 2011. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Paraná.
- LÉVI-STRAUSS, C. *Des Symboles et Leurs Doubles*. Paris: Plon.1989.
- LISBOA, A. de M. Economia solidária e autogestão: imprecisões e limites. *Revista de Administração de Empresas (RAE)*, São Paulo, v. 45, n. 3, p. 109-15, jul./set., 2005.
- MANCE, E. A. Cadeias produtivas solidárias. In: CATTANI, Antônio David (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 26-8.
- MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- MESZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- MESZÁROS, I. **A teoria da Alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.
- MESZÁROS, I. **Estrutura Social e Formas de Consciência II: A Dialética da Estrutura e da História**. São Paulo:Boitempo Editorial, 2011.

- NASCIMENTO, C. Autogestão e o “novo” cooperativismo. Brasília, texto para discussão, 2004.
- NEMIROVSKY, G. G. Para além da Alienação: a economia solidária como crítica ao capital. Florianópolis: Novas Edições Acadêmicas, 2014.
- NOBRE, M. Mulheres na economia solidária. **A outra economia. Porto Alegre: Veraz**, p. 205-211, 2003.
- NOVAES, H. T. De tsunamis a marola: uma breve história das fábricas recuperadas na América Latina. **Revista Lutas e Resistências**, Londrina, n. 2, p. 84-97, 1º sem 2007.
- NOVAES, H. T. **O Retorno do Caracol à sua Concha: alienação e desalienação em associações de trabalhadores**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- NUNES, D. Incubação de Empreendimentos de Economia Solidária: uma aplicação da pedagogia da participação. São Paulo: Annablume, 2009.
- PASSOS, Ó. A. V. D. Explorando novas práticas organizacionais em economia solidária: conceito e características dos bancos comunitários. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 5., 2008, Belo Horizonte. Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 2008.
- POLANYI, K. A grande transformação: as origens da nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.
- RAZETO, L. Economia de solidariedade e organização popular. **Educação comunitária e economia popular. São Paulo: Cortez**, p. 34-58, 1993.
- RIBEIRO, S. D; MÜYLLER, C. F. Economia Solidária – Em busca dos elementos essenciais da sustentabilidade e solidariedade. **Organizações & Sociedade**, v. 21, n. 71, 2014.
- SCHIOCHET, V. Institucionalização das políticas públicas de economia solidária: breve trajetória e desafios. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise. Brasília: MTE/Ipea**, n. 40, p. 55-59, 2009.
- SILVA JÚNIOR, J. T. Gestão, Fato Associativo & Economia Solidária: A Experiência do Banco Palmas. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal da Bahia, 2004.
- SINGER, P. Introdução à economia solidária. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.
- SINGER, P. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. Revista Estudos Avançados, nº 18 (51): 7-22, 2004.
- SINGER, P. Economia Solidária: democracia e conflito entre iguais. Otra Economía, vol 1, n. 1. 2007. p. 14-16
- VARGAS, E. R. Empresa autogestionária: uma inovação organizacional competitiva? In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 2., 2002, Recife. Anais... Rio de Janeiro: ANPAD, 2002.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agricultura 17, 19, 59, 91, 110, 114, 123, 137

Agroindustrialização 311

Alimentação 19, 107, 123, 124, 137

C

Consumo 92, 96, 98, 99, 103, 125, 136

Cultura 18, 85, 86, 96, 97, 98, 99, 110, 135, 182, 183, 184, 186, 333, 392, 393, 394, 424, 436, 437

D

Desenvolvimento 1, 2, 3, 4, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 19, 20, 32, 60, 72, 98, 114, 123, 137, 160, 172, 173, 175, 199, 200, 213, 216, 233, 245, 246, 250, 251, 253, 294, 295, 301, 302, 321, 335, 372, 373, 393, 394

Desenvolvimento Regional 1, 2, 3, 4, 10, 11, 12, 98, 246, 251, 394

Desenvolvimento Socioeconômico 372, 373

Dissidentes 173

E

Economia solidária 20, 147, 148, 151, 154, 158, 170, 171, 194, 221, 233, 371, 458

G

Globalização 31

I

Inclusão Digital 449

Inclusão Social 449

Incubadora 29, 180, 182, 185, 201, 204, 213, 214, 222, 223, 228, 231, 232, 234, 235, 239, 251, 254

Indústria de transformação 299, 300, 302, 304

Indústria extrativa 299, 300, 301, 302, 304

P

Participação 13, 66, 303, 304

Práticas agroecológicas 112

R

Rede 166, 170, 171, 204, 205, 207, 212, 214, 228, 229, 232, 349, 453, 459

Redes 32, 213, 216, 218, 454

S

Segurança alimentar 112, 115, 123, 320

Sociedade Civil 13, 17

T

Tecnologia Social 233, 449, 453, 457, 458, 459

Território 13, 14, 15, 16, 17, 32, 113, 245

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-505-1



9 788572 475051